

# Perspectivas de Mulheres com Protagonismo na Política Pública

Esta comunicação centra-se nos discursos e perspectivas de mulheres com protagonismo político público, visando conhecer e compreender suas razões e formas de estar na política, e as formas de in/visibilização da sua participação política em lugares de decisão política pública.

O objectivo fundamental desta investigação consistiu pois na compreensão e conhecimento de percursos, concepções, experiências de deputadas, actualmente a exercer no parlamento. Outros objectivos nortearam esta pesquisa que pretendeu, ainda, constituir-se como uma forma de aprofundamento das questões da educação para a cidadania como indutoras de uma formação de mulheres e de homens para uma cidadania de participação na vida política.

Os conceitos estruturantes expostos no quadro conceptual foram os seguintes: o conceito de feminismo, cidadania, democracia paritária e participação política.

O conceito de feminismos diz respeito às lutas pelos direitos de uma cidadania feminina onde importa tomar em consideração as principais críticas das perspectivas pós-modernistas no sentido de avançar na compreensão da realidade social e, simultaneamente, recusar as perspectivas que impedem ou bloqueiam a acção política das mulheres enquanto grupo social. Na perspectiva feminista, o mais importante do conhecimento é a articulação das relações de género no social, económico, político e a dimensão do simbólico, constituindo uma lente de leitura para se perceberem as lutas travadas pelas mulheres na obtenção de direitos políticos, sociais e culturais (incluindo, educacionais). A relevância deste conceito emerge também enquanto perspectiva científica em estudos que nos mostram como as mulheres continuam a ser discriminadas, inseridas em relações de poder assentes em hierarquias de género, classe social e etnia.

Os movimentos feministas articularam e articulam, tanto na teoria como na prática, um conjunto de reivindicações e de políticas de igualdade entre géneros, trazendo para a agenda da política pública a cidadania das mulheres.

Assim uma concepção inclusiva de cidadania assenta na igualdade de todos os homens e mulheres perante a lei, mas, mais do que um valor jurídico, torna-se um valor social e ético, como protecção legal e política, sendo a intervenção do Estado necessária, através de orientações políticas e de acções afirmativas.

O feminismo, enquanto movimento social heterogénio e essencialmente político, tem intervindo em todas as esferas da vida social lutando pela igualdade de oportunidades, para conseguir direitos e obrigações iguais para homens e mulheres.

Pensando a cidadania como um conceito inclusivo para as mulheres, para explorar as possibilidades de construção de uma cidadania feminista que abra caminho a uma intervenção/acção política das mulheres mais visível e mais presente nos lugares de tomada de decisão.

Investigadoras como Helena Araújo (2005), Ruth Lister (1997), Marshall (1967) e Conceição nogueira (2001) mostram a necessidade de articular a extensão do conceito de cidadania incluindo as subjectividades, experiências e pontos de vista das mulheres, e que trate as situações de exclusão e marginalização associadas às outras divisões sociais se cruzam com o género, construindo uma ordem social livre e inclusiva onde se reflecta, se pratique e se construa uma cidadania democrática.

A cidadania é uma noção contestada resultado das tensões sociais também em parte da força que os movimentos sociais imprimem no sentido de estender o seu significado.

Quando articulamos as noções de cidadania com a participação política das mulheres, verificamos que participamos numa variedade de arenas e temos uma pluralidade de papéis como refere Carol Munn-Giddings (1998), mas constatamos ainda alguns entraves ao exercício de uma cidadania plena, como refere Maria de Lourdes Pintasilgo (1999). Actualmente salientam-se

duas grandes dimensões: as novas formas de exclusão em articulação com as relações de género, e por outro lado o bloqueamento ao acesso feminino às posições de poder.

Assistimos, nas últimas décadas, ao avanço do direito das mulheres em diversas instâncias internacionais, incluindo o Direito Internacional Público. É de realçar a Declaração de Beijing de 15 de Setembro de 1995, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres de 18 de Setembro de 1979 pela ONU. Ambas foram ratificadas pelos governos de Portugal.

Muitos dos direitos de não discriminação das mulheres no âmbito político, profissional, social e cultural mantêm-se só no papel e, só por si, não têm força suficiente para contrariar vontades ou realidades diferentes.

A cidadania torna-se, ela mesma, um factor de desigualdades sociais legitimadas. Os direitos sociais são vitais numa sociedade que é hierarquizada, mas que fomenta as desigualdades. Uma agência política activa das mulheres pode contribuir que políticas feministas sejam equacionadas.

Podemos constatar uma evolução das mulheres no campo da educação e do emprego, designadamente na administração pública, mas esta situação não se torna um valor social e ético, como protecção legal e política, sendo a intervenção do Estado necessária, através de orientações políticas e de acções afirmativas. As políticas para a igualdade têm também como objectivo aumentar o acesso das mulheres a lugares de direcção e, reportando-nos ao poder político representativo, este em Portugal passou de 8,9%, em 1975, para apenas 12,2% em 2001, e actualmente em 25,65%.

Apesar de se terem adquirido alguns direitos, tem havido retrocessos, resultantes de políticas anti-sociais nos direitos das/os trabalhadoras/es, mas mesmo assim as mulheres têm vindo a aumentar a sua participação na vida social, política e sindical, ainda não é o desejado. Algumas mulheres continuam confinadas a funções de subordinação, sem um salário, o que vai agravar as diferenças da sua condição social. No entanto, o despertar das consciências os problemas das condições das mulheres indica que as

classes dominantes têm sido obrigadas a fazer cedências que correspondem às lutas que as mulheres vêm fazendo

. As mulheres reconhecem-se e querem ser reconhecidas em situação idêntica os homens, tanto na vida social como económica, permitindo-lhes assumir mais plenamente a sua intervenção. As mulheres sentem-se divididas entre escolher a família e a carreira profissional e a intervenção política, por muitas das vezes não conseguirem conciliar, quando não tem apoios para as mesmas.

A diferenciação por género segue os padrões registados noutros processos de recrutamento dos/as candidatas/os apresentados/as a eleições, nomeadamente às legislativas e autárquicas. Verifica-se, apesar da reduzida participação média das mulheres no processo de recrutamento dos/as candidatas/os dos partidos, um crescimento significativo deste indicador de eleição para eleição, que duplicou de 1999 para 43% de mulheres por cada cem homens. Consta-se uma preocupação, por parte dos partidos, em seleccionarem mulheres para as listas de candidatura com vista ao cumprimento das quotas, todavia, as candidatas tendem a ocupar lugares não elegíveis. Em 2005 as Presidentes de Câmara eleitas por partidos políticos são as seguintes: PS, 5; PSD, 7; CDS/PP, PSD, 2; CDU, 3; BE, 1; XVII, 1; (<http://www.ine.pt/pi/género/principal.aspx>)

As mulheres eleitas para a Assembleia da República por partidos políticos, 1991-2005 foram as seguintes: em 1991 o PS elegeu 7 deputadas, PSD 10, PCP 3, CDS 0, Verdes 1. Em 1995 PS, 14; PSD 7; PCP 3; CDS, 3; Verdes, 1. Em 1999 foram eleitas pelo PS 23; PSD, 11; PCP, 4; CDS, 1; Verdes, 1. Em 2002 PS, 22; PSD, 18; PCP, 2; CDS, 1; Verdes, 2. Em 2005 PS, 35; PSD, 6; PCP, 2; CDS, 1; BE, 4; Verdes, 1. (<http://www.ine.pt/pi/género/principal.aspx>).

Segundo dados da União Europeia, em termos médios, 89% dos eleitos são homens, ficando-se pelos 11% de mulheres eleitas.

É interessante verificar que, nas eleições para o Parlamento Europeu de 1987, a única mulher que faz parte das listas lugares elegíveis é a Eng.<sup>a</sup> Maria de Lourdes Pintasilgo, que é a primeira da lista do PS. Em 2000 e

2004, a lista da CDU é encabeçada por Ilda Figueiredo, tendo sido reeleita e a única mulher em primeiro lugar nas listas.

Manuela Silva (2000), Regina Tavares e Isabel Romão (1997) referem que, a participação das mulheres nas estruturas políticas formais, só por si, não tem poder para efectuar mudanças práticas e políticas automaticamente, se as questões de género na esfera pública não forem equacionadas. Verifica-se que a participação política das mulheres em órgãos de decisão, como a Assembleia da República ou Parlamento Europeu está ainda longe de ser paritária. Também nos partidos políticos, o acesso dos agentes sociais aos lugares de poder está dependente da experiência acumulada, das habilitações académicas e profissionais, bem como da capacidade de “representar” grupos específicos da sociedade.

No sentido da mudança deste estado de coisas, os movimentos feministas e alguns sectores sociais têm pressionado por medidas positivas no sentido da igualdade de género Manuel tavares (2003). Em Portugal, e também por influência da União Europeia, temos vindo a assistir à produção de “planos para a igualdade”.

### **Procedimentos metodológicos e resultados do estudo**

Este trabalho baseia-se na recolha de depoimentos de seis deputadas de partidos com assento parlamentar, através de entrevistas semi-directivas.

Da análise de conteúdo ressaltam as seguintes categorias: os percursos, consciência sobre a desigualdade de género, jogo político, acções desenvolvidas na igualdade de género, processos educativos e reflexão na acção.

Da categorização dedutiva, salientaram-se as seguintes: práticas e processos educacionais, desconstrução e reconstituição dos significados atribuídos ao sujeito político e re-genderização da cidadania. Mais ainda, teve-se em conta a compreensão dos mecanismos e percursos que lhes permitiram chegar a estes órgãos de poder.

Eram mulheres que ouviram desde muito cedo falar e discutir política, que participaram em movimentos estudantis ou foram membros de associações. Algumas vêm de famílias anti fascistas, e todas elas com uma carreira profissional, antes de chegarem à Assembleia da República.

Progrediram dentro dos partidos políticos a que pertencem das mais variadas formas, por convite ou por empenhamento na luta política, muitas vezes vencendo a resistência interior. Têm condicionalismos sociais próprios das mulheres, e não terem vida privada.

Em relação à consciência que cada uma tem sobre a igualdade de género é diversificada uma vez que temos de ter em conta os diferentes partidos políticos de onde vêm e refletem o pensamento político e social que cada partido defende. No entanto, algumas referem que os homens mais facilmente têm apoios e que é também um problema de visibilidade, tendo os homens mais visibilidade que as mulheres.

O jogo político aparece dentro dos partidos com as questões de género muito presentes, exigindo mais das mulheres que dos homens reflectindo-se a mentalidade da sociedade. Algumas deputadas consideram que as quotas não são solução para que haja uma maior visibilidade para as mulheres, havendo as que são contra as quotas e as que são a favor das mesmas, salientando os partidos que segundo elas tiveram preocupações nesse sentido.

### **Discursos e perspectivas de mulheres protagonistas políticas**

Foram analisadas as entrevistas das deputadas, através de passagens que pensamos ser do interesse da investigação que nos propusemos fazer. Finalmente, no sexto capítulo, fazemos a articulação do que é mencionado pelas entrevistadas com as questões da educação formal e informal, género e cidadanias e feminismos.

Todas as deputadas realizaram aquilo a que Madeleine Arnot (2002) considerou de *Movimento transgressivo* para o espaço político tradicionalmente masculino. Nas entrevistas a educação formal só é referida em relação à escola mista pela importância da sua socialização de raparigas e rapazes sem a reprodução dos estereótipos que a educação separada

promovia. Em relação aos manuais escolares a referência é concretizada para explicitar que estes materiais pedagógicos contêm noções de igualdade de género que continuam a assentar na estereotipia, e não incluem os relevantes conhecimentos da sua contribuição histórica refere Helena Pinto. Ilda Figueiredo, salienta uma certa evolução no combate à discriminação. A educação formal ganha relevo se pensarmos que todas elas têm formação superior e, no entanto, este aspecto não é focado. Por outro lado referem a educação informal e familiar como tendo desempenhado um papel crucial na sua formação para a cidadania tendo esta sido dada por Associações, Igreja, Partidos Políticos assim como pelo contexto familiar, sendo esta última referida como determinante para os seus percursos de participação política.

Algumas deputadas referem que lhes são exigidas muito mais competências um esforço acrescido em relação aos homens. No entanto tem sido alcançado um poder ilusório para promover a cidadania e identidade, uma vez que as estruturas de dominação continuam a alimentar as relações sociais de poder desigual. Ruth Lister (2002) refere que “as mulheres não reclamam a cidadania simplesmente como mulheres mas, como mulheres trabalhadoras, pobres, negras, deficientes, lésbicas, velhas ou jovens, exigindo o direito de continuar a ser diferentes”.

Algumas deputadas não são a favor das quotas, caso da Teresa Caeiro, Ana Manso, Ilda Figueiredo mas reconhecem que são importantes para promover as mulheres, devendo as mesmas estarem na política pelas suas competências, em oposição Maria de Belém, Manuela de Melo e Helena Pinto, defendem as quotas como medidas transitórias, considerando que uma maior participação de mulheres potencializa alterações de hábitos adquiridos pelos homens e uma outra forma de fazer política.

Nesta pesquisa podemos encontrar uma divisão entre as que consideram importante um sujeito político mulheres, que formulam a “desconstrução e reconstituição dos significados atribuídos ao sujeito político, à cidadania e à agência feminina” Arnot (2002). Helena Pinto encontra-se no sujeito feminista mas também no sujeito político mulheres, enquanto outras continuam no conceito liberal abstrato de cidadã. Arnot e Dillabough (2002)

questionam a noção de cidadão neutro, em que a cidadania denota um espaço vazio, podendo ser ocupado por qualquer cidadão feminino ou masculino, não existindo aqui o equacionamento de género.

Os homens são vistos, como tendo uma influência mais forte que as mulheres sobre as questões políticas, e são eles com maior frequência, convidados para o exercício de cargos políticos. No caso das deputadas entrevistadas analisamos que os convites acontecem no CDS /PP, PSD e PS enquanto nos outros partidos fazem percursos de militância de base. As deputadas referem também o carácter masculino do trabalho político, dificultando a participação das mulheres que não podem ou não querem delegar as tarefas e responsabilidades do cuidar.

Não sendo surpreendente, que as mulheres acabem por abandonar os partidos onde fazem militância quando casam ou têm filhos, sendo poucas as que continuam a actividade partidária. Isto acontece porque a articulação entre a vida familiar e a participação política e a vida profissional não existe muitas vezes designada conciliação, só poderá ser alcançada se for diminuída a divisão arbitrária das esferas do público e privado. Ruth Lister, numa perspectiva de re-genderização da cidadania, afirma que devemos ver os direitos como meio para concretizar uma igualdade na cidadania. A necessidade de criar mecanismos e medidas para alterar a divisão genderizada do trabalho para que mulheres e homens possam articular o trabalho remunerado com as responsabilidades do cuidar, havendo mudanças tanto na esfera pública como na privada. Iris Young (1990) propõe uma “cidadania de grupo diferenciada”, devendo os grupos oprimidos afirmarem-se e desenvolver mecanismos institucionais de forma a serem ouvidos e representados na esfera política mais amplas. Segundo o que as entrevistadas nos relatam em relação ao que se passa dentro dos partidos políticos, para se ter uma participação activa é necessário um ambiente familiar de partilha e de flexibilidade e compreensão onde as questões do cuidar estejam a cargo de ambos. Só assim será possível ter uma participação política activa.

Nas conclusões, os resultados a que chegamos na análise constituem um contributo para a compreensão da participação e protagonismo político das mulheres, muito embora não nos permitam afirmar a sua aplicabilidade a todas

as mulheres. No entanto, permite-nos avançar no conhecimento da diversidade de perspectivas das próprias mulheres, ouvidas nos seus próprios termos, o que pode proporcionar o re/equacionamento do lugar e do papel da educação na construção da igualdade de género, assim como a reavaliação das relações de género no seio dos partidos e do poder político. Reflectindo sobre a análise das entrevistas efectuada, podemos constatar que, nos partidos políticos, quem faz a selecção ou procede às nomeações habitualmente são homens. Assim, são elas que passam para segundo plano nas listas, muitas vezes, em lugares não elegíveis. Como as mulheres não são sujeitos do pensamento tradicional político, não são vistas como capazes de se ligarem a ele. Ao mesmo tempo, os interesses dominantes, quer políticos quer sociais, modelam tanto homem como mulheres. Podemos observar que a participação das mulheres em termos igualitários está longe de ser atingida, apesar da grande evolução que se tem verificado nos últimos trinta anos e do importante contributo dos feminismos no reconhecimento das mulheres na esfera pública e na sua cidadania, centrando-se em legitimar as políticas de inclusão.

No entanto e apesar deste debate não ter estado muito presente em Portugal, o avanço da investigação e da intervenção feminista vem no sentido de que, de acordo com Nancy Fraser (1997), um feminismo centrado apenas na diferença de género falha ao suprimir os eixos de subordinação e as diferenças entre homens e entre as mulheres e fragiliza o pensamento e a acção em prol da participação política pública das mulheres. Segundo a autora, a partir da década de 1990, algumas feministas tentam ultrapassar aquela dicotomia que por vezes paralisou o movimento, mudando o foco das suas análises para a organização social e as consequências do poder. Assim, sair da dicotomia entre similaridade *versus* diferença entre homens e mulheres permite tomar em consideração estratégias potenciais que resistam ou desestabilizem a hierarquia sexual.

Actualmente, outras questões se colocam: de um lado, a luta da igualdade em todas as esferas da vida social, portanto também na política pública; e de outro, a extensão do conceito do político tradicional, equacionando a sua articulação com a esfera do privado e a distribuição mais equilibrada das responsabilidades domésticas e do cuidar entre homens e mulheres. Neste

aspecto, a educação é de importância crucial no sentido de inverter a reprodução da igualdade de género e trabalhar com a população discente a construção de representações sociais que assentem em práticas mais equilibradas entre homens e mulheres.

A área educacional, nas suas diferentes dimensões, de investigação e acção, e nas suas diversas formas, escolar, familiar e informal, revela-se crucial para contribuir para o alargamento das representações e concepções sobre política e cidadania e para a mudança das práticas sociais no sentido de uma maior igualdade de género.